

# **DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO FINANCEIRA: A RELEVÂNCIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE MICROCRÉDITO ENTRE AS MESORREGIÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **EXCLUSION OF FINANCIAL INCLUSION: THE RELEVANCE OF ACCESS TO MICROFINANCE SERVICES AMONG THE MESO OF THE STATE OF MINAS GERAIS**

Luciana Maria Costa Cordeiro\*  
Tânia Marta Maia Fialho\*\*  
Pablo Tadeu Chaves de Castro\*\*\*

**Resumo:** Verificada a relevância do desempenho do setor microfinanceiro no Estado de Minas Gerais, ao longo da última década, este artigo tem como objetivo principal a análise do processo de inclusão financeira no Estado de Minas Gerais, com base no estudo da inserção dos programas de microfinanças em nível mesorregional. Para alcance do objetivo propostos o trabalho encontra-se subdividido em três seções. A primeira seção apresenta o referencial teórico com ênfase na importância do setor financeiro para o desenvolvimento econômico. Na segunda seção é tratada a relação de inclusão e exclusão financeira observada entre as mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Na última seção, apresentam-se as conclusões observadas, com destaque para a importância dos programas de microcrédito no processo de desenvolvimento econômico e financeiro do Estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Acesso, Inclusão, Exclusão, Microcrédito.

---

\* Doutora em Economia pela UFMG, professora da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES- Montes Claros-MG - Brasil.

\*\* Doutora em Economia pela UFMG, professora da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES- Montes Claros-MG - Brasil.

\*\*\* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista de Iniciação Científica - FAPEMIG. Montes Claros-MG - Brasil.

**Abstract:** Verified the relevance of the performance of the microfinance sector in the State of Minas Gerais, over the last decade, this article aims to analyze the process of financial inclusion in the State of Minas Gerais, based on the study of integration of microfinance programs mesoregional level. To reach the proposed aim of the work is subdivided into three sections. The first section presents the theoretical framework emphasizing the importance of the financial sector for economic development. The second section is addressed the relationship of financial inclusion and exclusion observed between the meso of the State of Minas Gerais. The last section presents the conclusions observed, highlighting the importance of microcredit programs in the economic and financial development of the State of Minas Gerais.

**Keywords:** Access, Inclusion, Exclusion, Microcredit.

**Resumen:** Verificada la relevancia de la actuación del sector de las microfinanzas en el Estado de Minas Gerais, en la última década, este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de inclusión financiera en el Estado de Minas Gerais, en base al estudio de la integración de los programas de microfinanzas nivel mesoregional. Para alcanzar el objetivo propuesto de la obra esté dividida en tres secciones. En la primera sección se presenta el marco teórico haciendo hincapié en la importancia del sector financiero para el desarrollo económico. En la segunda sección se aborda la relación de la inclusión financiera y la exclusión observada entre el meso del Estado de Minas Gerais. La última sección presenta las conclusiones observadas, destacando la importancia de los programas de microcrédito en el desarrollo económico y financiero del Estado de Minas Gerais.

**Palabras clave:** Acceso, inclusión, exclusión, Micro créditos.

## 1 INTRODUÇÃO

Pouca ênfase tem sido atribuída ao desenvolvimento do setor financeiro como fator de alavancagem do desenvolvimento econômico regional. Existe, entretanto, certo consenso de que o crescimento econômico possui um grau de correlação positiva com o desenvolvimento do setor financeiro. Diante desta constatação, verifica-se como de suma importância, compreender se ao longo da última década, o processo de evolução econômica, observado entre as mesorregiões localizadas no Estado de Minas Gerais, tem apresentado correlação positiva, com o desempenho de seu setor financeiro, e por sua vez atuado positivamente em direção à maior inclusão financeira.

Com este propósito, o presente artigo encontra-se subdividido em três seções além desta breve introdução. Na primeira seção são apresentados os principais aspectos teóricos que envolvem desde a relevância do setor financeiro do ponto de vista regional, até a contribuição das atividades microfinanceiras como importantes políticas de desenvolvimento, tendo em vista não só a maior inclusão financeira como a eliminação de todo e qualquer processo de exclusão financeira. Na segunda seção demonstram-se os indicadores de desenvolvimento do setor financeiro, classificados conforme distribuição mesorregional do Estado de Minas Gerais. São apresentados indicadores de acesso ao setor financeiro e de forma específica, das atividades de microfinanças, como instrumentos importantes para verificação do grau de exclusão financeira entre as mesorregiões do Estado. Na terceira e última seção, apresentam-se os principais aspectos conclusivos, com destaque para a maior inserção da população mineira no sistema financeiro, o que contribui favoravelmente para a amenização de suas desigualdades econômicas, processo observado na redução de seus indicadores de exclusão financeira.

## **2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O COMPORTAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO**

Alguns modelos neoclássicos que historicamente têm estudado sobre o crescimento econômico negligenciam o papel da moeda e, com isso, do desenvolvimento financeiro no crescimento econômico. Somente ao final da década de 1960, autores de linha neoclássica dão pequena ênfase à relação entre a intermediação financeira e, por sua vez, a moeda, com o crescimento da economia. Dentre os autores nesta linha de pensamento, que têm observado a relevância do setor financeiro para o crescimento econômico, destacam-se: Goldsmith (1969), Mckinnon (1973) e Shaw (1973). Estes autores procuram demonstrar a relevância dos bancos e demais intermediários financeiros ao definirem padrões de alocação do capital em setores, ativos e regiões, afetando com isso a combinação dos fatores de produção, o que possibilitou impactos consideráveis sobre a produtividade marginal do capital.

Alguns autores, são críticos ao processo de intermediação financeira no desenvolvimento das atividades econômicas, a exemplo de Mckinnon (1973, p. 13-14), para o qual, a tentativa de alavancagem da atividade econômica, através de empréstimos a baixos custos por interferências exógenas ou programas de crédito subsidiado, demonstra uma repressão financeira ao sistema econômico, contribuindo apenas para o desestímulo a poupan-

ça, dada sua remuneração a taxas de juros artificialmente baixas, com efeitos negativos sobre a taxa de investimentos e, por sua vez, sobre a taxa de crescimento do estoque de capital e do produto. Como também, a utilização de garantias como alternativa às restrições do sistema financeiro são altamente restritivas ao processo de desenvolvimento do setor financeiro, e, portanto atuam como uma forma de repressão financeira.

Ao eliminar a repressão financeira, para os economistas de linha neoclássica, possibilitam-se mercados mais eficientes, tendo em vista a maior eficiência dos investimentos realizados, devido à melhor alocação destes, seguindo critérios puramente econômicos.

Em seus estudos na década de 1990, King e Levine (1993a, b), utilizando-se de regressões econométricas, demonstraram existir forte grau de correlação entre o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico em diversos países. A repressão financeira, fruto da ausência de liberalização financeira, na visão dos autores, contribui para distorções na alocação dos recursos da parte dos intermediários financeiros.

Conforme destacado por Keynes (1983, p. 668), o investimento é o determinante da renda e da poupança, sendo a poupança resultante do processo de investimento e não sua determinante, conforme proposição clássica. Assim, são os bancos, e não os poupadores, os agentes fundamentais na determinação e alocação mais adequada da oferta agregada de fontes de financiamento do investimento. Todavia, a poupança gerada no processo de multiplicação da renda é importante para dar continuidade ao investimento de longo prazo do crescimento econômico. Também, a preferência pela liquidez dos bancos e aplicadores em títulos determina o volume e os prazos do financiamento do investimento.

Neste sentido, tem-se que as instituições financeiras são relevantes na distribuição de crédito. A partir deste, podem influenciar o crescimento econômico, e neste aspecto, instituições microfinanceiras estariam relacionadas diretamente ao desenvolvimento das localidades em que se encontram inseridas.

## **2.1 A relevância da moeda no desenvolvimento econômico regional**

Nos estudos de economia regional pouca atenção é dada à questão monetária. Os modelos neoclássicos de determinação da renda, por exemplo, não levam em consideração as questões monetárias. Sobre este aspecto, Amado (1998) destaca que a ausência de informações regionalizadas sobre o setor financeiro tem conduzido a literatura a dedicar-se ao estudo

de variáveis reais da economia como produção, emprego e salários vis-à-vis às variáveis monetárias.

Mesmo com a baixa disponibilidade de dados, alguns autores, a exemplo de Dow e Rodríguez-Fuentes (1997), abordaram essa questão em seus aspectos regionais. Assim, procuravam demonstrar o impacto regional das variáveis monetárias, que tidas como exógenas na literatura clássica da economia regional e, portanto, neutras na determinação da renda, passam a ser função das características específicas de cada região ou espaço local. Neste sentido, as diferenças observadas entre as diversas regiões conduzem a diferente comportamento das variáveis monetárias.

Algumas teorias, relacionadas à melhor compreensão dos espaços regionais, como por exemplo, a Teoria do Lugar Central<sup>1</sup> mostra como uma localidade pode exercer influência em outras regiões devido à oferta de bens e serviços mais específicos e desenvolvidos, criando uma rede hierárquica de conexões urbanas. Essa teoria se assemelha em diversos aspectos na temática “centro-periferia”. Nesta linha de pensamento, Walter Christaller (1966) traz contribuições à Economia Regional, introduzindo uma discussão de redes urbanas e permitindo entender melhor os fatores que influenciam e orientam a localização da oferta de produtos e serviços, dentre eles, os serviços financeiros. Ele mostra como se dá a oferta de bens e serviços e como eles se concentram em determinadas cidades ou locais. Para Christaller, um lugar central detém capacidade de ofertar bens e serviços para si e para as áreas vizinhas, logo, possuem uma região dependente. Os bens e serviços centrais são aqueles de alto grau de especificação, onde a demanda por eles em outras áreas seria pequena, o que não justificaria a sua produção e/ou oferta nesses locais. Esses serviços podem ser: comércio, atividade bancária, administração pública, atividades culturais e organizações empresariais e profissionais, conforme destaca Crocco (2011). Diante disso, cria-se uma rede de relações urbanas, onde regiões ou cidades conseguem polarizar serviços dentro da sua área de influência.

A Teoria do Lugar Central também mostra como a oferta de crédito pode estar concentrada nas áreas centrais, já que dentre os produtos e serviços centrais, destaca-se a atividade bancária. Logo, pode-se afirmar, de acordo com essa teoria, que os serviços bancários se concentram em regiões centrais e possuem uma área de influência nas regiões vizinhas, configurando-se em concentração financeira.

---

<sup>1</sup> Antes da Teoria do Lugar Central, outros estudos foram feitos para entender as disparidades regionais e como as indústrias se comportam locacionalmente, como o trabalho de Von Thünen (1826) e Weber (1969). Porém esses trabalhos não consideram o papel da moeda e nem explicam como a concentração das atividades econômicas podem explicar regionalmente o sistema financeiro.

Todas as teorias apresentadas até aqui, podem explicar o fenômeno da concentração financeira, com maior ou menor clareza. Para o presente trabalho, utilizar-se-á o conceito apresentado por Dow (1997) e reafirmado pelos economistas pós-keynesianos, dado o seu caráter, não desconsiderando, contudo, outros referenciais e conceitos que ajudaram no maior entendimento e na aplicação empírica desse conceito.

## **2.2 A abordagem da preferência pela liquidez diferenciada no espaço**

Para a vertente teórica keynesiana, moeda e bancos assumem comportamento não neutro, tanto no curto como no longo prazo. Com isso, defendem o pressuposto de que o setor financeiro promove efeitos reais no comportamento econômico regional.

A oferta e a demanda de crédito são analisadas pela corrente de pensamento keynesiana como interdependentes entre si, e afetadas pela preferência pela liquidez dos agentes. Do lado da oferta, a incerteza econômica afeta o comportamento dos bancos, que tendem a reduzir sua oferta de crédito quanto maior o grau de incerteza observado na região. Já pelo lado da demanda, as escolhas do público em relação às opções de portfólio também se relacionam com a incerteza econômica de uma região. Assim, quanto maior a incerteza, menor a demanda por crédito.

Alguns autores, a exemplo de Dow (1982, 1987), têm apresentado modelos nos quais o sistema financeiro atua sobre o lado real da economia, gerando padrões de desenvolvimento regional desiguais. Embora as diversas localidades apresentem bases monetárias semelhantes, expectativas favoráveis dos agentes acerca dos preços dos ativos elevam os multiplicadores monetários nesses locais. Esse fato contribui para um grau maior de desenvolvimento financeiro e melhores resultados comerciais nestas localidades.

Conforme pressuposto desta abordagem teórica, regiões em que a preferência pela liquidez dos agentes é maior e o acesso bancário é menor terão menor oferta de crédito da parte do sistema bancário. Este comportamento se caracteriza como importante inibidor do desenvolvimento regional, provocando um ciclo vicioso em que a menor oferta de crédito dificulta o desenvolvimento regional, afastando destas localidades os agentes de intermediação financeira.

Quando os bancos, geralmente em regiões desenvolvidas, possuem baixa preferência pela liquidez, estes realizam maior volume de créditos na região, com taxas de juros menores e maior possibilidade de créditos de longo prazo. Estes fatores promovem um ciclo virtuoso de crescimento junto às regiões que apresentam tal comportamento.

A expectativa é de que o ciclo vicioso de pobreza, observado em regiões menos desenvolvidas, possa ser vencido quando o crédito estiver voltado para estas localidades, mas em condições favoráveis ao seu perfil econômico. Acredita-se que o maior volume de crédito pode impactar profundamente o desempenho da economia.

Constata-se, portanto, a relevância do setor financeiro no processo de desenvolvimento regional, ainda que este mesmo setor tenha contribuído fortemente para as disparidades regionais, que induzem à maior exclusão social e financeira.

### **2.3 Processos de Exclusão e Concentração Financeira**

Alguns autores, a exemplo de Leyshon e Thrift (1995), têm sido contrários ao fato de que a exclusão financeira esteja relacionada apenas ao grau de exclusão observado no sistema bancário. Para estes autores a exclusão de acesso a serviços bancários é tão importante quanto a exclusão em relação à forma como os serviços serão utilizados, ou seja, a autoexclusão. Deve-se levar em conta, portanto, no processo de exclusão, tanto as dificuldades de acesso, quanto as de uso dos serviços financeiros, bem como as consequências sociais oriundas destas dificuldades.

De acordo com Leyshon e Thrift (1995, p. 314), o processo de exclusão financeira limita, a determinados grupos sociais e mesmo indivíduos, o livre acesso ao sistema financeiro. Geralmente, a população que mais se enquadra nesta condição de exclusão são as pessoas com baixos rendimentos e demais grupos sociais em situação de pobreza. Para estes autores, essas pessoas e grupos, dados sua escassez de recursos, representam um risco maior para o setor financeiro.

As várias formas de exclusão financeira representam um conjunto complexo de barreiras ao acesso e utilização de serviços financeiros para boa parte de população, sobretudo os de baixo nível de renda. Conforme destaca Sinclair (2001), a exclusão financeira pode ser definida de duas formas: i) em sentido restrito, pela dificuldade de acesso, tanto aos serviços oferecidos como ao tipo de serviço, em que, em muitos casos, a utilização dos serviços ofertados se torna muito complexa, dado o perfil de seus potenciais demandantes; ii) em um sentido mais amplo, leva em consideração os efeitos sociais oriundos das dificuldades bancárias, ou seja, considera que a exclusão financeira é originária das dificuldades enfrentadas pelos bancos em exercer sua função às comunidades de modo geral.

Para Anderloni et al. (2006) a exclusão financeira entre indivíduos e/

ou comunidades se deve: à localização geográfica, ao baixo nível de renda, à idade dos possíveis usuários, à condição de pobreza daqueles que vivem em áreas urbanas degradadas ou pertencentes a grupos e etnias específicos. Dando continuidade à compreensão dos possíveis fatores relacionados à exclusão do setor financeiro, tem-se como de grande relevância a compreensão dos fatores sociais e econômicos que definem a formação de uma região e a orientam em relação a seu processo de desenvolvimento financeiro, sendo esse, em alguns casos, excludente a determinados nichos da população e, por sua vez, um importante ator na geração de desigualdades. Compreende-se aqui que, quando o setor financeiro define grupos específicos, para sua inserção, dado por aqueles grupos cujos indicadores econômicos e sociais são mais favoráveis, atua como um agente de propagação da exclusão financeira.

Os estudos realizados permitem constatar que a exclusão financeira está intimamente associada à exclusão social. Normalmente, o acesso aos serviços financeiros, restrito às pessoas pobres, ou socialmente excluídas reforça a exclusão social.

Nesta perspectiva, a exclusão financeira, consiste em um processo de evitar que certos grupos sociais e indivíduos tenham acesso ao sistema financeiro. Neste caso, uma parte da população, geralmente pessoas com rendas limitadas e certos grupos sociais desfavorecidos, é privada do acesso a serviços financeiros. (Leyshon e Thrift, 1995),

Estas restrições de acesso ao sistema financeiro se devem ao fato de certos grupos e indivíduos representarem um alto risco ao sistema financeiro, em que a maior dificuldade econômica e social de determinados grupos leva a graus reduzidos de interesse do sistema financeiro em atuar em áreas geográficas com maior concentração de pessoas e grupos sob esta condição, a fim de reduzir a entrada deste tipo de cliente em suas diversas carteiras de serviços.

Embora grande parte da população tenha acesso facilitado a contas bancárias, até mesmo pela necessidade de recebimento de benefícios sociais, muitas não têm acesso a uma série de outros serviços financeiros, o que contribui, sobremaneira, para a sua maior exclusão social. Este comportamento observado, em geral, é fruto de restrições impostas à população detentora de baixos níveis de rendimentos.

A título de exemplificação, conforme destacado por Ramsay (2003), Autores como Kempson e Whyley (1999) têm enfatizado que a exclusão financeira por si só cria um ambiente propício à maior exclusão social, que vai de grupos a indivíduos com a mesma intensidade.



Muitos autores, a exemplo de Panigyrakis et al.(2002),têm apresentando publicações sobre a exclusão financeira em defesa ao argumento de que as pessoas excluídas do sistema financeiro, em geral, são oriundas em sua maioria dos grupos socialmente excluídos da população. Ou seja, do grupo de pessoas com menores rendimentos, maior idade, do sexo feminino, etc.

Ressalta-se que, além da exclusão por acesso, bem desenhada no contexto do sistema financeiro, a exclusão pela impossibilidade de utilizar adequadamente os serviços ofertados por este setor se faz tão relevante quanto.

Existe uma forte relação da oferta de serviços financeiros com o perfil econômico e social da população. Neste caso, quanto melhor a condição econômica social de uma determinada população, maior e melhor a qualidade dos serviços financeiros a serem ofertados para ela.

Com este comportamento, o sistema financeiro contribui para ampliar o processo de exclusão social, ao não ofertar crédito ou qualquer outro tipo de serviços financeiros à população em condição de pobreza.

É neste contexto dos estudos sobre os aspectos que envolvem a exclusão financeira dos grupos mais pobres e marginalizados da população que emerge a necessidade de programas financeiros específicos ao perfil de tal população. Assim tem-se nas atividades de crédito do tipo microfinanceiras, um importante paliativo à exclusão financeira, conforme será abordado a seguir, em seus principais aspectos.

## **2.4 Abordagens teóricas sobre microfinanças**

As atividades microfinanceiras são tidas como uma das poucas alternativas de atuação do sistema financeiro junto à população pobre. Neste aspecto poderia contribuir sobremaneira para amenização do processo de exclusão financeira e por sua vez social. Para este fim, apresentam-se os principais aspectos conceituais sobre os quais tais atividades têm sido concebidas.

Duas posições principais têm emergido no que diz respeito ao estudo das microfinanças: a abordagem do sistema financeiro e a abordagem dos empréstimos para combater a pobreza.

Para a abordagem do sistema financeiro, conforme defendido por Dale Adams e Von Pischke (1992), Fritz Bouman (2000), Claudio González-Vega (2001), dentre outros, baseados nos estudos da escola de *Ohio*, também conhecida como abordagem de geração de renda, o objetivo do desenvolvimento das microfinanças é fornecer serviços financeiros sustentáveis para

população de baixa renda, não necessariamente os mais pobres, mas os relativamente pobres. Esta vertente teórica não encontra justificativa para subsídios, e considera que as Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel secundário no mercado de microfinanças. Enfatiza a sustentabilidade financeira das instituições de microfinanças como condição para extensão de suas operações no longo prazo. Ainda, para muitos dos proponentes do sistema financeiro, o crédito não é o instrumento mais importante para a redução da pobreza, mas contribui sobremaneira para este fim. De acordo com esta visão, dado o crescimento econômico de determinadas localidades, estes serão direcionados para os pobres, possibilitando a redução do nível de pobreza.

Em uma segunda abordagem, definida como a escola do *Grameen Bank*, conforme estudos desenvolvidos por Remenyi e Quiñones (2000); Rúbio (1991); Abruge (2000), entre outros, tendo Muhammad Yunus (1997) como seu principal proponente, as microfinanças são tidas como uma série de serviços financeiros como, por exemplo, empréstimos para a redução da pobreza. Focado no chamado novo minimalismo, o objetivo geral do desenvolvimento das microfinanças deve ser o de reduzir a pobreza e facilitar a plena realização do potencial dos empreendedores. Para esta escola, não adianta falar de sustentabilidade financeira, se isto não se reverte em prestação de serviços em condições favoráveis, dado o nível de pobreza de seus clientes. As instituições de crédito, neste caso, precisam de doações financeiras, uma vez que a dificuldade na obtenção de fundos dificulta a atuação deste tipo de atividade, inibindo a ampliação dos serviços financeiros para os pobres.

O termo microfinanças descreve os serviços financeiros de pequena escala, tais como crédito, poupança, seguros, remessas e outros serviços. A diversidade de serviços de microfinanças reflete a heterogeneidade das necessidades financeiras dos indivíduos, das famílias e empresas em função do tempo. Os serviços de microfinanças são essencialmente caracterizados por seu tamanho, assim, uma definição com base no tamanho reflete a suposição geral de que os grupos de renda mais baixa e aqueles com acesso restrito usam, em pequena escala, serviços financeiros.

Pode-se definir microfinanças como a oferta de crédito, poupança e outros serviços financeiros a um público específico, em geral, componente do grupo de pessoas pobres. O termo “micro” refere-se às quantidades geralmente pequenas envolvidas na prática dos serviços microfinanceiros.

Muitas definições gerais sobre microfinanças são reconhecidas, mas, para fins de análise, utiliza-se neste trabalho uma definição funcional de microfinanças, em que é tratada como pequenos serviços financeiros que complementam a renda de uma casa, de caráter individual ou empresarial.

As abordagens teóricas aqui analisadas servem como instrumento para a compreensão da relevância das microfinanças, como um importante segmento do setor financeiro, estando diretamente ligado à compreensão do processo de exclusão financeira, ao qual grande parte da população pobre está condicionada.

Constatada a relevância das discussões teóricas apresentadas sobre o tema e no intuito de avaliar a influência do setor financeiro nos indicadores econômicos observados entre as mesorregiões do Estado de Minas Gerais, bem como, se estes indicadores demonstram maior grau de concentração e exclusão do setor financeiro nos espaços locais, alguns indicadores serão tratados nesta direção.

### **3 SISTEMA FINANCEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANALISANDO O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E EXCLUSÃO FINANCEIRA**

Nesta seção é mostrado a dinâmica do sistema financeiro e como se dá a concentração e a exclusão financeira no Estado de Minas Gerais, com destaque para a caracterização das regiões do estado, ressaltando seus aspectos comuns bem como suas disparidades.

#### **3.1 Concentração Financeira em Minas Gerais**

A exemplo da economia brasileira, a concentração financeira no Estado de Minas Gerais tem origem na desregulamentação do sistema financeiro observado na década de 1990, em grande parte devido aos impactos da estabilização da economia.

Para medir a concentração financeira em Minas Gerais, foi utilizado o Herfindahl-Hirschman Index, o HHI. O HHI é um indicador frequentemente utilizado para medir a concentração em diversos mercados, ele é calculado a partir da soma dos quadrados dos market share das firmas individuais participantes. Este indicador possui a vantagem de refletir a distribuição do tamanho das firmas, já que o peso posto àquelas firmas com maior *market share* é maior do que o peso referente às *de market share* menor, ou seja, o indicador se baseia na participação de cada firma no mercado<sup>2</sup>. (SILVA E MORAES, 2006)

---

<sup>2</sup> Fazendo uma adaptação ao cálculo do HHI e adequando à proposta inicial do trabalho, o indicador se baseará na participação de cada cidade no mercado financeiro de Minas Gerais. Essa mudança foi feita porque o BCB disponibiliza apenas dados agregados por municípios.

O HHI pode ser expresso da seguinte maneira:

$$HHI = \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (1)$$

O  $n$  representa o número de firmas nesse mercado, no caso, o número de instituições financeiras ou cidades. O  $s_i^2$  é o quadrado da participação de mercado de determinada variável, no caso bancário, essas variáveis podem ser depósitos à vista, ativos totais ou operações de crédito. No presente trabalho, foram calculados os HHI referentes aos depósitos bancários ( $HHI_{dep}$ ) e as operações de crédito ( $HHI_{cred}$ ).

O HHI varia de 0 a 1, quanto mais próximo de zero, maior o grau de participação das firmas no mercado, no caso, das firmas bancárias, e quanto mais próximo de 1, maior a concentração. Logo, se  $HHI = 1$ , isso implica em presença de monopólio, no caso do presente trabalho, implicaria que apenas uma cidade detém toda a oferta de crédito de Minas Gerais. Se  $HHI = 1/n$ <sup>3</sup>, as cidades teriam participação igual no mercado. Como demonstrado no quadro 1 e ilustrado graficamente, tem-se os indicadores do HHIcrédito e o HHIdepósitos de Minas Gerais para os anos de 2000, 2005 e 2010.

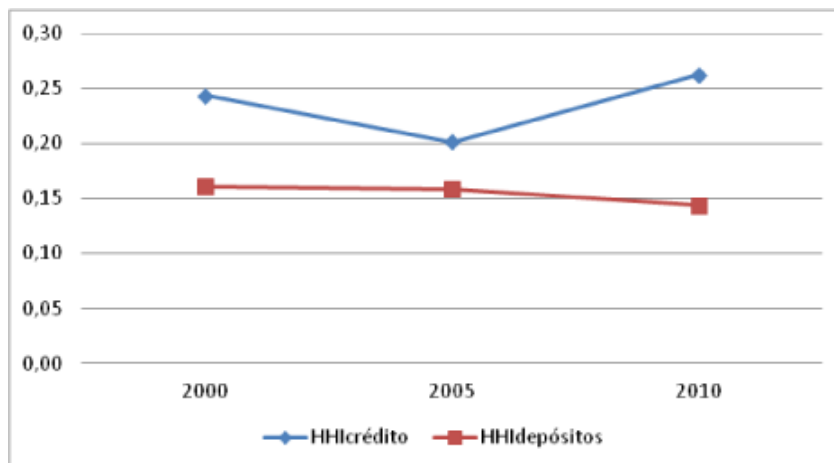
QUADRO 1: Herfindahl-Hirschman Index – HHI. Minas Gerais, 2000, 2005 e 2010

Índice	2000	2005	2010
HHIcrédito	0,24	0,20	0,26
HHIdepósitos	0,16	0,16	0,14

Fonte: Estatísticas Bancárias por Município – ESTBAN, Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores

<sup>3</sup> Como no presente trabalho a unidade básica de análise são os 853 municípios mineiros, o  $HHI = 1/853 = 0,00117$ , implicaria que os municípios mineiros têm igual participação no mercado financeiro.

GRÁFICO 1: Herfindahl-Hirschman Index – HHI. Minas Gerais, 2000, 2005 e 2010



Fonte: Estatísticas Bancárias por Município – ESTBAN, Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

Os dados mostrados revelam que mesmo havendo certa concentração no mercado financeiro em Minas Gerais, a partir do ano de 2010, este vem se mantendo constante. O índice de concentração depósitos à vista se manteve até 2005, com uma pequena diminuição no ano de 2010. O índice de operações de crédito caiu em 2005, mas no ano de 2010 volta ao seu patamar. Pode-se inferir, a partir disso, que o processo de concentração intensificado na década de 1990, parece cessar a partir do ano 2000.

### 3.2 Inclusão Financeira e acesso ao crédito em Minas Gerais

Um índice de inclusão foi inicialmente proposto por Sarma e Pais (2010, apud BCB, 2011), a metodologia para construção do IIF é uma modificação desse índice. Para o cálculo do IIF é feito primeiramente a definição das dimensões de inclusão financeira e o peso dessas dimensões. O calculo é feito da seguinte maneira:

$$d_i = w_i \frac{X_i - m}{M - m} \quad (2)$$

onde,  $d_i$  representa o índice de dimensão  $i$  ( $i = 1, 2, 3, \dots, n$ ).  $X_i$  é a  $i$ -ésima variável,  $m$  denota o valor mínimo desta variável na amostra considerada,  $M$  é o seu valor máximo e  $w_i$  denota a importância relativa da variável  $X_i$ . Assim, cada variável normalizada está limitada ao intervalo 0 d” di d”  $w_i$ , sendo  $w_i$  o valor máximo ideal para essa variável. Para cada dimensão, foi

atribuído o mesmo peso ( $w_1 = w_2 = w_3 = 1$ ), sendo a classificação inspirada nos *benchmarks*<sup>4</sup> propostos por Sarma e Pais (2010).

Uma vez calculado o índice de dimensão, calcula-se o IIF, com a seguinte expressão para o índice:

$$IIF = 1 - \frac{\sqrt{(w_1-d_1)^2 + (w_2-d_2)^2 + \dots + (w_n-d_n)^2}}{\sqrt{(w_1)^2 + (w_2)^2 + \dots + (w_n)^2}} \quad (3)$$

onde,  $w_i$  corresponde ao peso da dimensão  $i$  e o numerador do segundo componente representa a distância euclidiana  $D_i$  do ponto ideal  $I$ , normalizada e subtraído do 1. Considerando um peso igual a todas as dimensões ( $w_i = 1$ ). (BCB, 2011).

As variáveis utilizadas em Minas Gerais, para o cálculo do IIF, são apresentadas na tabela a seguir, esses indicadores são encontrados nos Pontos de Acesso por Município do Banco Central do Brasil e em dados do IBGE.

QUADRO 2: Indicadores de acesso e uso

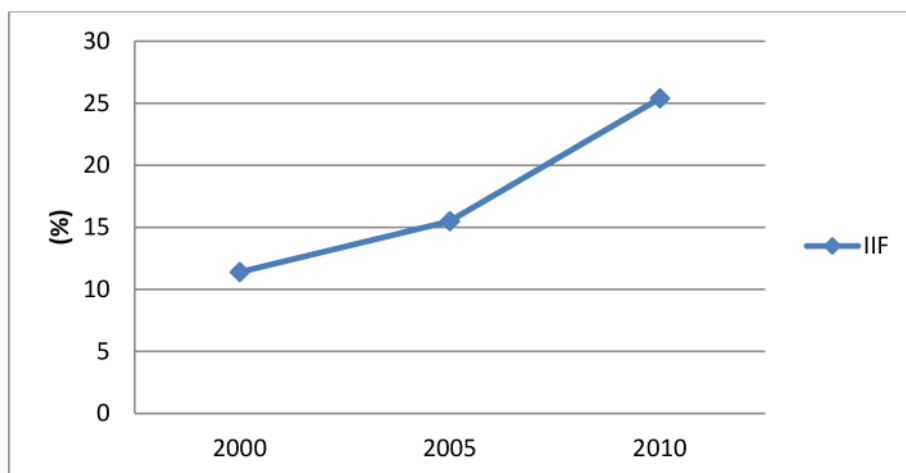
<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>
Acesso – disponibilidade geográfica	Agências por 1.000 km <sup>2</sup>
	PAB por 1.000 km <sup>2</sup>
	PAA por 1.000 km <sup>2</sup>
	PAE por 1.000 km <sup>2</sup>
	Cooperativas por 1.000 km <sup>2</sup>
	PAC por 1.000 km <sup>2</sup>
Acesso – disponibilidade demográfica	Correspondentes por 1.000km <sup>2</sup>
	Agências por 10.000 adultos
	PAB por 10.000 adultos
	PAA por 10.000 adultos
	PAE por 10.000 adultos
	Cooperativas por 10.000 adultos
Uso	PAC por 10.000 adultos
	Correspondentes por 10.000 adultos
	Razão crédito/PIB
	Crédito (R\$ milhões) por 1.000 adultos
	Razão depósitos/PIB
	Depósitos (R\$ milhões) por 1.000 adultos

Fonte: Banco Central do Brasil. II Relatório de Inclusão Financeira, 2011

<sup>4</sup> “No caso, o *benchmark* corresponde a uma unidade fictícia que atinge a máxima pontuação em todas as dimensões consideradas. Como cada unidade é caracterizada por um vetor de atributos, no qual cada componente corresponde a uma medida de alguma dimensão da inclusão financeira, é possível medir a distância entre essa unidade e um ponto ideal.” Sarma e Pais (2010)

Calculado o indicador em Minas Gerais, de acordo com o RIF, 2011, o IIF foi de 11,4 em 2000; 15,5 em 2005 e 25,4 em 2010, ou seja, um aumento de 35,96% de 2000 para 2005 e de 68,87% de 2005 para 2010, em todo o período analisado o aumento foi de 122,80% (2000 a 2010), isso demonstra que neste intervalo de tempo, o acesso ao sistema financeiro da população de Minas Gerais mais que dobrou. Nos três anos, contudo, o estado de Minas Gerais não subiu de posição no ranking de inclusão, sempre se mantendo em oitavo lugar, estando sempre acima da média nacional, juntamente com os outros estados da região Sudeste e Sul. O GRAF 2 mostra a evolução do índice no período

GRÁFICO 2: Índice de Inclusão Financeira – IIF. Minas Gerais, 2000, 2005 e 2010



Fonte: Relatório de Inclusão Financeira, 2011. Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

### 3.2.1 Acesso ao sistema financeiro em Minas Gerais

Um índice de acesso bancário foi construído, semelhante ao utilizado por Crocco et al (2002). Esse índice possui a seguinte fórmula:

$$\frac{PAm/PAe}{POPm/POPe} \quad (4)$$

onde AGm é o número de pontos de acesso ao sistema financeiro por município ou por mesorregião e PAe é o número de pontos de acesso do estado<sup>5</sup>. POPm é a população do município ou da mesorregião e POPe é a

<sup>5</sup> Para o ano de 2005, o acesso ao sistema financeiro foi medido com o número de agências no lugar dos pontos de acesso, já que só está disponível o total de pontos de acesso para os anos de 2000 e 2010.

população de Minas Gerais. Esse índice reflete a situação do município e da mesorregião em relação ao estado de Minas Gerais, quando o índice for maior que 1, significa que o número de pontos de acesso existente no município ou na mesorregião é maior que em Minas Gerais, em comparação com a sua população, ou seja, o número de pontos de acesso por habitante é maior que a média de Minas Gerais. Esse indicador e os pontos de acesso representam o acesso bancário na região, quanto maior seus valores, melhor o município e a mesorregião vão estar, já que quanto maior é a presença e a proximidade física de canais de acesso ao sistema financeiro, melhor deve ser a quantidade e a qualidade da informação sobre os negócios e a demanda de crédito na região, o que em teoria gera uma menor incerteza sobre a avaliação de crédito na região e uma maior possibilidade de oferta de crédito.

A tabela 1 mostra o indicador de acesso para as mesorregiões de Minas Gerais bem como para as regiões definidas como centro e periferia.

TABELA 1- Indicador de acesso entre as mesorregiões de Minas Gerais: 2000, 2005 e 2010.

<b>Mesorregiões</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Campo das Vertentes	0,9635	0,7241	1,0330
Central Mineira	1,1199	2,3985	0,9464
Jequitinhonha	0,5008	0,8115	0,5565
Noroeste de Minas	0,8247	1,0797	0,7562
Norte de Minas	0,4423	1,1080	0,5865
Oeste de Minas	1,0308	0,6442	0,9861
Metropolitana de BH	1,2380	0,1865	1,1763
Sul/Sudoeste de Minas	0,9544	1,3672	1,0483
Triângulo/Alto Paranaíba	1,1240	0,7730	1,0473
Vale do Mucuri	0,5830	1,2358	0,7621
Vale do Rio Doce	0,7808	1,0968	0,8654
Zona da Mata	1,0921	3,0347	1,0459
Centro	1,0929	0,9927	1,0724
Periferia	0,5210	1,0543	0,6242

Fonte: Estatísticas Bancárias por Município – ESTBAN e Pontos de Acesso por Município, Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

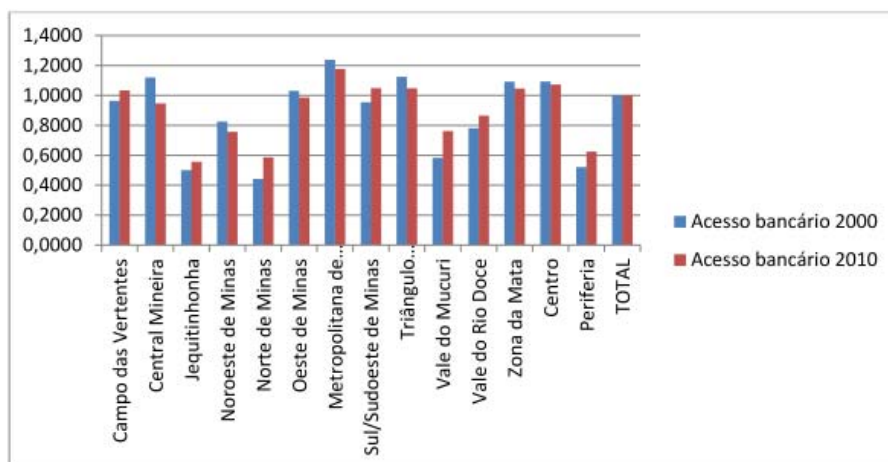
Percebe-se forte crescimento no indicador de acesso das regiões periféricas, comparativamente à região central, entre os anos de 2000 e 2010. O índice teve movimento ascendente, nas mesorregiões Central de Minas, Jequitinhonha, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce. As



demais mesorregiões apresentaram queda no acesso ao sistema financeiro. Das mesorregiões com indicadores de acesso em queda, apenas o Noroeste de Minas pertence à periferia.

Os dados apresentados no Gráfico 3 possibilitam a melhor identificação da evolução do acesso bancário nas mesorregiões do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 2000 a 2010. Percebe-se que enquanto as regiões centrais reduziram o acesso ao sistema de crédito tradicional entre os anos de 2000 a 2010, as regiões periféricas, ampliaram o acesso no mesmo período.

GRÁFICO 3 – Indicador de acesso ao sistema financeiro entre as mesorregiões do Estado de Minas Gerais – Período 2000 e 2010.



Fonte: Estatísticas Bancárias por Município – ESTBAN e Pontos de Acesso por Município, Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

Diante do que foi exposto nesta seção, pode-se concluir que, gradativamente, o acesso ao sistema financeiro, notadamente ao crédito vem crescendo nas regiões periféricas do Estado de Minas Gerais, comparativamente às regiões centrais. Pode-se afirmar que essa é uma tendência nacional, dado que o IIF é crescente em todos os estados brasileiros.

O maior acesso ao crédito é de extrema importância para a atividade econômica, uma vez que os recursos podem ser alocados de maneira a atender uma parcela maior da população, viabilizando a realização de projetos orientados à geração de emprego e renda.

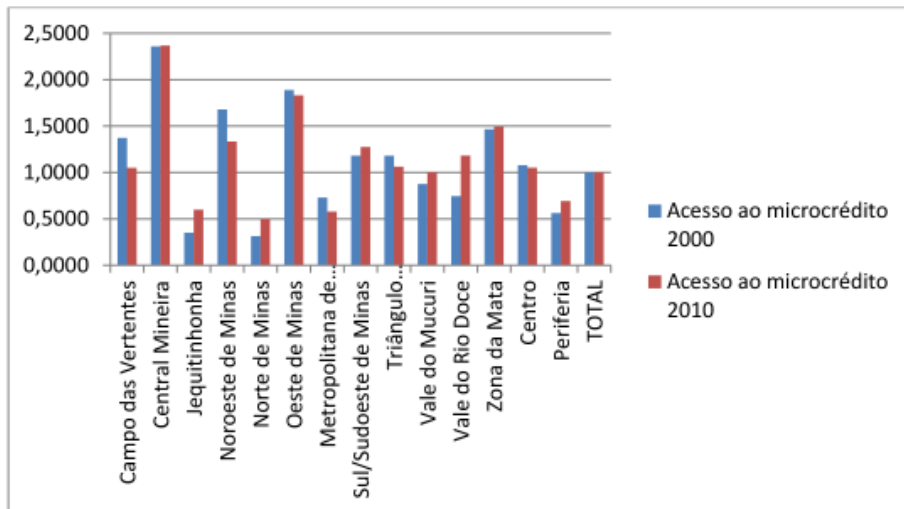
No caso de Minas Gerais verifica-se uma relação de causalidade positiva entre o desempenho do setor financeiro e os indicadores econômicos e

sociais. Desempenho este constatado, na observação de que a região periférica, cujo acesso ao sistema financeiro tem evoluído ao longo dos anos, também tem obtido melhoras significativas em seus indicadores econômicos.

Comparativamente, pode-se demonstrar o acesso das mesorregiões mineiras em se tratando apenas das atividades de microcrédito<sup>6</sup>.

Para esse indicador percebe-se que o acesso tem sido crescente entre as regiões periféricas, enquanto declina nas regiões centrais. Os dados corroboram a relação de causalidade positiva observada entre o desempenho econômico, financeiro e microfinanceiro das mesorregiões do Estado de Minas Gerais.

GRÁFICO 4- Indicador de Acesso ao Microcrédito entre as Mesorregiões do Estado de Minas Gerais Período 2000 e 2010.



Fonte: Estatísticas Bancárias por Município – ESTBAN e Pontos de Acesso por Município, Banco Central do Brasil. Elaboração dos autores.

O indicador de acesso às atividades de microcrédito no Estado de Minas Gerais demonstra uma maior atuação do setor financeiro junto à população pobre destas localidades.

O maior acesso às atividades de microcrédito nas regiões periféricas evidencia uma relação de causalidade positiva entre o desempenho das

<sup>6</sup> O acesso ao microcrédito foi medido com base nos canais que têm se encarregado da oferta de serviços microfinanceiros baseados em microcrédito, cadastrados junto ao BACEN, classificados como: postos de atendimento cooperativo, postos de atendimento de microcrédito, cooperativas de crédito e sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte.

atividades de microcrédito e o melhor desempenho econômico das regiões periféricas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados observados ao longo deste artigo identificam a relevante evolução do setor financeiro, em se tratando dos fatores acesso e inclusão financeira. Este comportamento tem refletido positivamente no desenvolvimento das mesorregiões no Estado de Minas Gerais. Em especial, as regiões periféricas parecem ser aquelas que mais têm aproveitado deste processo evolutivo favorável.

Em se tratando do processo de inclusão financeira verifica-se no crescimento das atividades de microcrédito, mais intenso entre as regiões periféricas de Minas Gerais, um indicador importante de que o setor financeiro tem buscado ampliar a oferta de serviços em condições favoráveis à população pobre. Esta ação poderá contribuir sobremaneira não só para a maior inclusão financeira destas localidades, como para a amenização do processo de exclusão financeira a que as regiões periféricas têm sido submetidas ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, percebe-se que embora bastante restrito quando comparado ao setor financeiro bancário, as atividades de microcrédito têm evoluído favoravelmente entre as mesorregiões do Estado. Em função destes indicadores, acredita-se na relevância de um estudo mais específico acerca da evolução dos componentes de oferta e demanda das atividades de microcrédito no Estado de Minas Gerais, tendo em vista os efeitos positivos que estas atividades podem promover, sobretudo sobre regiões com maior intensidade de pobreza.

#### **REFERÊNCIAS**

- ABRUGE, C.H. When credit is not due: a critical evaluation of donor NGO experiences with credit. 2000. In: BOUMAN, F.J.A.; HOSPES, O. (Ed.). **Financial landscape reconstructed: the fine art of mapping development.**Boulder: Westview Press, 1994. p. 10.1-10.10.
- ADAMS, D. W.; VON PISCHKE, J. D. Microenterprise credit programs: Déjà Vu. **World Development**, New York,v. 20, n. 10, p. 1463-1470, Oct. 1992.
- AMADO, A. M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista**

**de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, 1998.

ANDERLONI, L. et al. Access to bank accounts and payment services. In: ANDERLONI, L. et al. (Ed.). **New frontiers in banking services**: emerging needs and tailored products for untapped markets. New York: Springer. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. – N. 1. Brasília. BCB, 2010

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. – N. 2. Brasília. BCB, 2011

BOUMAN, F. J. A. Informal rural finance: an aladdin's lamp of information. 2000. In: BOUMAN FJA; HOSPES O. (Ed.). **Financial landscape reconstructed**: the fine art of mapping development. Boulder: Westview Press, 1994. p. 7.1-7.9.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CROCCO, M.; CASTRO, C. B.; CAVALCANTE, A.; VAL, V. C. Acesso Bancário e Preferência pela Liquidez nas Mesorregiões de Minas Gerais. **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira**, 2002

CROCCO, M.; SANTOS, F. e FIGUEIREDO, A. T. L. **Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória**. CEDEPLAR. 2011

DOW, S. C. The regional composition of the bank multiplier process. In: DOW, S. C. (Ed.). **Money and the economic process**. Aldershot: Eglar, 1982

DOW, S. C. The treatment of money in regional economics. In: DOW, S. C. (Ed.). **Money and the economic process**. Aldershot: Eglar, 1987.

DOW, S.; RODRÍGUES-FUENTES, C. Regional finance: a survey. **Regional Studies**, Cambridge, v. 31, n. 9, p. 903-920, 1997.

GOLDSMITH, Raymond W. **Financial structure and development**. New Haven, CN: Yale University Press, 1969.

GONZALEZ VEGA, C. **¿Cómo entender la demanda?** Artículo sin publicar presentado al Curso Microfinanzas Rentables: propósito noble, reto alcanzable. Madrid: 2001.

KEMPSON, E.; WHYLEY, C. The extent and nature of financial exclusion, **Working Paper 1**, Bristol, Personal Finance Research Centre, University of Bristol, 1999a.

KEMPSON, E.; WHYLEY, C. The processes and consequences of financial exclusion, **Working Paper 2**, Bristol, Personal Finance Research Centre, University of Bristol, 1999b.

KEYNES, J.M. Teoria geral do emprego do juro e do dinheiro. **Os Economistas**, São Paulo, Abril Cultural, 1983.(Capítulos 12 e 17).

KING, R.; LEVINE, R. Financial intermediation and economic development. In: MAYER, Colin; VIVES, Xavier. (Eds.) **Capital Markets and Financial Intermediation**. London: Center for Economic Policy Research, 1993a.

KING, R. G.; LEVINE, R. **Finance entrepreneurship and growth: theory and evidence**. World Bank, mimeo, 1993b.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. Geographies of financial exclusion: financial abandonment in Britain and the United States. **Transaction of the Institute of British Geographers**, New Serie, n. 20, p. 312-41, 1995.

McKINNON, Ronald I. **A moeda e o capital no desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978 (Edição original: 1973).

PANIGYRAKIS, G. G.; THEODORIDIS, P. K.; VELOUTSOU, C. A. All customers are not treated equally: financial exclusion in isolated Greek islands, **Journal of Financial Services Marketing**, v. 7, p. 54-66, 2002.

REMENYI, J.; QUINONES, B. (Eds). **Microfinance and poverty alleviation: case studies from Asia and the Pacific**. New York: Pinter, 2000.

RÚBIO, F.F. Microenterprise growth dynamics in the Dominican Republic: the Ademi Case Washington, DC: usaid, **Gemini Working Paper**, n. 21, 1991.

SHAW, Edward S. **Financial deepening in economic development**. New York: Oxford University Press, 1973.

SILVA, C. A. T. & MORAES, M. C. Concentração do setor financeiro brasileiro após o Plano Real. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo (SP). Anais...São Paulo: USP, 2006.

SINCLAR, S. **Financial exclusion:** an introductory survey.[S.l.]: Edinburgh Heriot Watt University, Center for Research into Socially Inclusive Services (CRIS), 2001.

VON THÜNEN, Johann Heinrich . Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalökonomie. Hamburg: Perthes, 1826.

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**, Chicago: Chicago University, 1969.

YUNUS, M. Soul from the Ground Up. **Noetic Sciences Review**, Spring.1997.